

UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL DAS ESCOLAS PÚBLICAS DE HUMAITÁ (AM)

Márcia Trigueiro Castelo Branco¹

Viviane Vidal da Silva²

Resumo: Este artigo tem por objetivo conhecer as práticas pedagógicas na execução do tema transversal de Educação Ambiental em escolas da rede pública, nos anos finais do ensino fundamental no município de Humaitá-AM. A abordagem metodológica é qualitativa. Para a coleta de dados, foi utilizado o questionário semiestruturado (virtual) e para análise dos dados foi aplicada a análise de conteúdo. É importante conhecer as limitações que existem na execução do tema no ambiente escolar, objetivando visualizar as possibilidades de mudança. Os resultados apontam para uma perpetuação e fragmentação do tema no ambiente escolar, o que acaba prejudicando uma compreensão mais crítica acerca da temática socioambiental.

Palavras-chave: Professores; Ensino Fundamental; Prática Pedagógica; Análise de Conteúdo; Ensino.

Abstract: This article aims to understand the pedagogical practices in the execution of the transversal theme of environmental education in public schools, in the final years of elementary school in the municipality of Humaitá-AM. The methodological approach is qualitative. For data collection, a semi-structured (virtual) questionnaire was used and for data analysis, content analysis was applied. It is important to know the limitations that exist in implementing the theme in the school environment, aiming to visualize the possibilities for change. The results point to a perpetuation and fragmentation of the theme in the school environment, which ends up hindering a more critical understanding of the socio-environmental thematic.

Key words: Teachers; Elementary School; Pedagogical Practice; Content Analysis; Teaching.

¹ Universidade Federal do Amazonas. Campus Humaitá. E-mail: marciatcbranco@hotmail.com.

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1477331854415623>

² Universidade Federal do Amazonas. Campus Humaitá. E-mail: silvavv@gmail.com.

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4787853604608970>

As práticas de Educação Ambiental no contexto escolar

A Educação Ambiental é uma das temáticas que necessitam de atenção na atualidade, principalmente na região Amazônica, considerando os problemas ambientais que essa região está enfrentando nos últimos anos, dentre eles, o desmatamento e as queimadas. Desta forma, o tema é fundamental no contexto escolar e na formação de alunos conscientes quanto a importância do meio ambiente para o desenvolvimento humano e dos demais seres vivos.

O termo “Educação Ambiental” começou a despontar na década de 60 para 70. A nível internacional, ocorreram várias conferências, fazendo com que o seu significado e objetivos ampliassem. No entanto, Loureiro (2006) afirma que a Educação Ambiental era vista de forma reducionista e fragmentada.

Um dos eventos mais importantes para o processo histórico da Educação Ambiental está amparado na Conferência de Tbilisi (Geórgia), em 1977, no qual estabeleceu-se diretrizes e recomendações de como desenvolver a Educação Ambiental. Dentre as recomendações, destaca-se: a Educação Ambiental deve ser uma ação contínua e permanente em todas as fases do ensino formal e informal, entre outras (LOUREIRO, 2006).

No Brasil, a Educação Ambiental é regulamentada pela Política Nacional de Educação Ambiental – Lei n 9.795, de 27 de abril de 1999, que traz o seguinte conceito no seu art. 1º

“Entendem-se por Educação Ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”.

Nesse contexto, a Política Nacional de Educação Ambiental também procura garantir que a Educação Ambiental seja um componente essencial e permanente na educação. Segundo Brasil (1999), a Educação Ambiental abrange todos os níveis e modalidades de ensino, formal e não-formal, não se limitando exclusivamente a uma disciplina.

Na concepção de Barbosa (2004), o ambiente escolar é um dos espaços considerado de propagação e manutenção das ideologias da classe dominante. No entanto, como a sociedade está em contínuo processo de transformação, uma vez que é dinâmica, nela permeiam/coexistem várias tendências educacionais, acrescenta esse autor.

É no ambiente escolar que vários temas importantes para a sociedade são trabalhados, por ser um dos espaços que permitem a (des)(re)construção do pensamento através do processo de formação social. Sendo ainda, o contexto no qual deve ser inserido o tema transversal “Educação Ambiental”, um assunto urgente para ser abordado no cotidiano escolar devido aos inúmeros problemas

ambientais enfrentados pela sociedade brasileira. A Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA - Lei nº 9.795/1999 no seu Art. 10, orienta que o referido assunto deverá ser trabalhado como tema transversal e interdisciplinar, uma vez que seus conteúdos devem perpassar todas as disciplinas.

O ensino formal utiliza a transversalidade para a melhoria do ensino de Educação Ambiental, porém, afirma que nem todos os educadores de fato entendem a proposta da transversalidade, e poucas escolas aplicam as temáticas propostas pelo eixo transversal. Desta forma, compreende-se que a não aplicabilidade dos conteúdos transversais pode gerar deficiência no ensino e na formação dos alunos (GALLO (2001 *apud* FRAGOSO; NASCIMENTO, 2018).

No Brasil, a Educação Ambiental possui várias vertentes ou tendências que debatem acerca do seu conceito. No campo educacional, especificamente no contexto da prática pedagógica, os autores Layrargues e Lima (2014, p. 30) afirmam que as discussões sobre a temática são macrotendências, pois cada uma delas “[...] *contempla uma ampla diversidade de posições mais ou menos próximas do tipo ideal*”.

As macrotendências, apontadas por Layrargues e Lima (2014), são três: 1) conservacionista – vinculada à preservação, à valorização da natureza, visão ingênua e romântica da mesma, forte aspecto comportamental individual, entre outros; 2) pragmática – tem seu foco voltado ao desenvolvimento sustentável, ao consumo sustentável, à preocupação com a geração de resíduos sólidos, à lógica do mercado dominante, entre outros aspectos; 3) crítica - condena a forma como a natureza é considerada pelo homem, questiona o reducionismo das questões ambientais, o sistema de exploração, a economia de mercado, entre outros. As duas primeiras vertentes, conservacionista e pragmática, ainda fragmentavam o conhecimento da natureza e propagavam a separação do homem e da natureza.

Apesar do avanço da macrotendência crítica no ambiente escolar, a Educação Ambiental ainda é trabalhada de forma descontextualizada da realidade do(a) aluno(a), fragmentada e reduzida, predominando, assim, a herança enraizada da vertente conservadora (LAYRARGUES; LIMA, 2014). As consequências desse enraizamento conservacionista são visíveis ainda na atualidade, haja vista essa descontextualização da temática no contexto escolar.

O Brasil, apesar de possuir instrumentos legais e uma política pública que viabiliza a transversalidade da Educação Ambiental como tema a ser trabalhado no ambiente escolar, na prática isso não acontece. Essa afirmação baseia-se na identificação de poucas ações que de fato estejam vinculadas à promoção de “[...] *uma real mudança social e cultural que nos permitiria desenvolver uma sociedade mais justa, equitativa e sustentável*” (ABREU, 2018, s.p.).

Conforme já mencionado, o estado do Amazonas enfrenta atualmente diversos problemas ambientais como queimadas, desmatamento ilegal,

invasões de terras indígenas, garimpo ilegal, falta de infraestrutura e ameaças aos modos de vida tradicionais. Esses temas são recorrentes na história da região e marcam o cenário atual, o que configura a relevância e a necessidade de serem trabalhados no contexto escolar, a partir do viés transversal da Educação Ambiental.

No entanto, observa-se um trabalho reduzido com a Educação Ambiental no ambiente escolar. Em pesquisas realizadas nas páginas eletrônicas das Secretarias de Educação Estadual do Amazonas e Municipal (Humaitá-AM), não constam nenhum tipo de histórico de ações voltadas a esse tema. Além disso, não há publicidade das ações envolvendo a Secretaria Municipal de Educação e a de Meio Ambiente. O que se constata é uma preocupação mínima nas escolas com a questão do lixo e seu destino (cartazes), sem maiores questionamentos críticos acerca da problemática.

A Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), juntamente com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) e a Secretaria Municipal de Manaus (SEMED), desenvolvem em conjunto o Programa Ciência na Escola - PCE. Trata-se de um programa de política pública estadual, o qual financia projetos elaborados por professores de todas as disciplinas do ensino básico. Segundo Milhomem (2017), em sua pesquisa com referência aos anos de 2014-2015, mesmo a questão ambiental estando inclusa obrigatoriamente como tema transversal no ambiente escolar, apenas 8% dos projetos avaliados abrangiam a referida temática.

Diante disso, a pesquisa é relevante, já que a escola em suas atividades pode viabilizar condições para que a aprendizagem ocorra de forma crítica, questionadora, envolvendo a realidade vivenciada pelo discente, trazendo à tona as correlações de forças que permeiam a sociedade no qual o(a) aluno(a) está inserido. Além disso, contribui com a compreensão sobre a prática pedagógica dos pesquisados e suas limitações, a visão que possuem acerca do tema, uma vez que a sua concepção e prioridade refletirá na sua prática, na sua motivação. A compreensão da realidade do ambiente escolar, e suas limitações impostas a todos os servidores, devem ser discutidas, para assim provocar mudanças na prática pedagógica. Outro fator importante relaciona-se à baixa quantidade de estudos acerca do tema na região. Logo, é preciso olhar para a Educação Ambiental no município de Humaitá-AM.

Metodologia

A pesquisa foi realizada no município de Humaitá, localizado no sul do Estado do Amazonas. Conforme dados do IBGE (2020), o município se estende por 33.111,143 km². Possui uma população aproximadamente de 56.144 pessoas. Devido a distância da capital do estado que é de 696,4 km, via BR-319, a população recorre mais a cidade de Porto Velho - RO, que está a uma distância de 169,61 km.

No município, existem cinco escolas estaduais que ofertam do 6º ao 9º ano - anos finais (Ensino Fundamental II), e nesta pesquisa foram selecionadas três escolas. O público-alvo foram: os gestores, pedagogo(a)s e professores de todas as disciplinas que abrangem os anos finais do período selecionado.

A pesquisa foi de cunho qualitativo. Conforme Corrêa, Santos e Gomes (2016), a abordagem qualitativa tem a possibilidade de abarcar um conjunto de métodos e técnicas que podem ser utilizadas para estudar o material coletado, e tirar dele os aspectos relevantes das falas dos pesquisados de uma pesquisa. Para a pesquisa “[...] *qualitativa é preciso aprender a observar, registrar e analisar interações reais entre pessoas, e entre pessoas e sistemas*” (CORRÊA; SANTOS; GOMES, 2016, p. 39). Segundo esses autores, o pesquisador focará no processo da pesquisa, no seu desenvolvimento e não apenas em resultados, o que permite mais abertura para a interação entre o pesquisador e os participantes da pesquisa.

Para trabalhar com essa modalidade, foi utilizada a pesquisa bibliográfica em todo o processo da realização deste estudo, pois segundo Fonseca (2010), esta fase é uma das mais importantes do processo da elaboração do estudo, uma vez que é o momento que conhecemos o que os estudiosos voltados à temática discutem acerca do tema, o que já foi estudado, as suas contradições, divergências, concordâncias e as possibilidades de aprofundar o conhecimento a partir deles.

Foi utilizado para coleta de dados questionário semiestruturado ou não estruturado. Segundo Tozoni-Reis (2009), essa modalidade de instrumento exige um roteiro lógico sequencial e progressivo, considerando que as questões devem ser elaboradas de forma clara, para facilitar a compreensão do que se pretende conhecer do público-alvo da pesquisa. Logo, isso exige um certo cuidado, pois deve motivar o pesquisado a uma reflexão de seu cotidiano, da sua prática.

Em decorrência da atual conjuntura que se encontra o Brasil, acerca do SARS-CoV2 (Covid-19), seguiu-se as orientações que estão publicadas no site da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, especificamente na página do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos – CEP, na seção de orientação acerca das pesquisas on-line (/pesquisas-on-line.html), no qual expõe recomendações em decorrência dos cuidados para os pesquisadores e ao público em geral. Considerando as respectivas orientações, foram realizadas adequações para utilização do questionário virtual.

Para a análise dos dados coletados, foi utilizado o método análise de conteúdo. De acordo com Triviños (1987), esta técnica trabalha as mensagens escritas e faladas, dando sistematização ao procedimento de coleta de informações e seus significados.

Os contatos com os pesquisados ocorreram, primeiramente, com dois gestores, depois com os três pedagogos, um de cada escola. Na Escola 1, a gestora repassou o contato de todos os servidores. A partir disso, foi enviado

dezesseis convites para os contatos, através de WhatsApp e e-mails. Já na situação das Escolas 2 e 3, o convite para participar da pesquisa foi repassado pelas pedagogas para os grupos de WhatsApp das suas respectivas escolas.

A Prática da Educação Ambiental

A participação na pesquisa compreendeu o período de 07 a 19 de fevereiro de 2021. Com relação ao gênero, dos treze pesquisados, nove são femininos e quatro masculinos. Os pesquisados possuem as seguintes licenciaturas: Educação física, geografia, licenciatura plena em letras, letras (língua portuguesa e língua Inglesa), matemática, normal superior, normal superior e ciências biológicas e pedagogia.

Dos pesquisados, dez deles são vinculados à Escola 1, sendo nove professores e uma pedagoga. Na Escola 2, consta um professor, uma pedagoga e um gestor. Apenas servidores das escolas 1 e 2 responderam ao questionário. Vários fatores podem ter influenciado a não participação da escola 3, como por exemplo, a questão da disponibilidade de tempo; não ter habilidade com o perfil de questionário on-line; desconforto ao responder o questionário, podendo ter preferência por entrevistas, entre outros motivos.

A Tabela 1 demonstra que, por parte dos pesquisados, há preocupação com a formação continuada, necessária ao desempenho de suas funções dentro do ambiente escolar. Segundo Carvalho (2018, p. 36) isto, “[...] é *aspecto importante quando se consideram as novas exigências no escopo da educação, em que muitas vezes é necessária a mobilização de novas competências no quadro docente [...]*”. A preocupação se estende a toda a equipe de funcionamento dentro do ambiente escolar.

Acerca da coluna que consta “no curso de formação foi trabalhado o tema transversal Educação Ambiental?” Dos treze pesquisados, 9 informaram que foi trabalhado o tema. É observado que a matriz curricular dos cursos está sofrendo alterações de forma lenta, pois ainda tem cursos que não se adequaram à legislação, para assim atender a Constituição Federal de 1988, Capítulo VI - Do Meio Ambiente, no seu Artigo 225 §1. É evidente uma discrepância entre os cursos, quando alguns atendem a legislação e outros não, mesmo sendo da mesma instituição.

Dos pesquisados, apenas 4 tiveram uma capacitação proporcionada pelo emprego atual. No que se refere a tomar por iniciativa própria uma capacitação ou curso com essa temática, houve afirmação de seis pesquisados, que por iniciativa própria participaram desse perfil de atividade.

Observa-se que não há um investimento e incentivo para capacitação dos servidores, independente da função que ele ocupa no ambiente escolar. Isso prejudica todos os envolvidos no processo educacional, pois um trabalhador em constante capacitação atenderá com mais qualidade as demandas que surgem no seu cotidiano, “[...] o *profissional criterioso faz escolhas subsidiado no*

conhecimento científico, constrói seu conhecimento considerando a diversidade social, cultural, econômica, política e humana [...] (TOZETTO, 2017, p. 2).

Tabela 1: Respostas dos pesquisados da pesquisa com relação a algumas situações pontuais, os quais tiveram ou não contato com o tema transversal “Educação Ambiental” no seu processo de formação e experiência profissional.

Ident.	Na sua formação foi trabalhado o tema Educação Ambiental?	Teve capacitação ou cursos acerca do tema antes do emprego atual?	Já participa por iniciativa própria de capacitação/cursos com esse tema?
PF1	Não	Não	Não
PF2	Não	Não	Não
PF3	Não	Não	Não
PF4	Sim	Não	Sim
PF5	Sim	Não	Sim
PF6	Não	Não	Não
PF7	Sim	Sim	Sim
PF8	Sim	Não	Sim
PF9	Sim	Sim	Sim
PF10	Sim	Não	Sim
P1	Sim	Não	Não
P2	Sim	Sim	Não
G	Sim	Sim	Não

Fonte: Dados da pesquisa, elaborados pela autora para este trabalho, 2021.

Legenda: PF1 – Professor 1..., P1 – Pedagogo 1... e G – Gestor.

As respostas dos pesquisados nos direcionaram à classificação de duas categorias gerais, sendo elas: 1) Educação Ambiental como elemento transversal e 2) Concepção de Educação Ambiental. As duas categorias gerais direcionaram as subcategorias, conforme demonstra a Figura 1 do organograma abaixo:

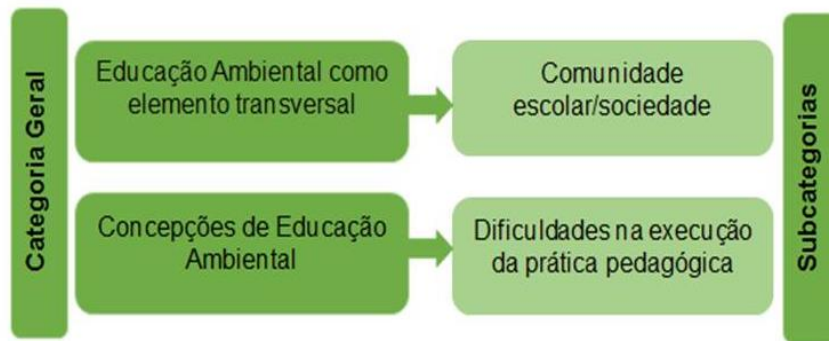


Figura 1: Imagem das categorias da pesquisa.
Fonte: Elaboradas pela autora, baseada em Bardin (2011).

1) Educação Ambiental como elemento transversal

Com relação ao significado do tema transversal de Educação Ambiental para os pesquisados, foram mencionados vários detalhes da transversalidade da Educação Ambiental, que se complementam. Assim, entende-se que a compreensão pessoal, referente à construção de conceitos de um determinado tema, está vinculada há vários fatores, pois envolve atividades complexas e dinâmicas na construção dos mesmos (NEBIAS, 1999).

Constatou-se a importância da transversalidade da Educação Ambiental nas respostas dos pesquisados, porém, para que de fato, na prática, ela seja executada, é imprescindível que as barreiras existentes entre as disciplinas e os profissionais de educação sejam eliminadas (NAPP, 2017).

O conceito de transversalidade ainda não é evidente entre os pesquisados, sobre seus limites e suas possibilidades dentro do contexto escolar. Desta forma, para que esse problema seja superado, faz-se necessário investimento nas capacitações dos servidores, para que os estes estejam conscientes da dinâmica contemporânea do contexto escolar (CAMPIANI (2001, apud NAPP, 2017)).

Outro aspecto relacionado à transversalidade, diz respeito à resposta de dois professores, os quais responderam que a Educação Ambiental, dentro do ambiente escolar, (PF3) “é uma forma” ou “maneira” de trabalhar temas vinculados à importância do meio ambiente para a vida humana. Segundo Andrade (2016, s.p.), a Educação Ambiental “[...] é o caminho correto de uma ligação entre o homem e a natureza, [...] a partir da visão respeitosa e democrática da importância de um para o outro, no contexto da vivência [...]”.

Ainda de acordo com Andrade (2016), os problemas ambientais devem ser debatidos enfatizando seu contexto histórico, social, econômico e cultural. Partindo desse pressuposto, as escolas formarão agentes ativos, isto é, cidadãos atuantes no seu cotidiano social.

Com relação à Educação Ambiental foi constatado que os participantes consideram o tema pertinente. Outra colocação oportuna foi dada por um pesquisado de que a Educação Ambiental, é (PF4) “um tema bastante atual e pertinente para ser trabalhado”, isto é, assunto presente e constante nos meios de comunicação, pois as questões sociais estão em evidência, a problemática ambiental se agrava ainda mais com o aprofundamento do desenvolvimento econômico e com as perspectivas exacerbadas do capitalismo.

Outra resposta do pesquisados, considera a Educação Ambiental (PF10) “de suma importância e deve ser trabalhada desde a Educação Infantil até o Ensino Superior”, conforme consta na Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999, no seu artigo 2º, expõe essa necessidade de que a temática deve estar presente ao longo da formação educacional do aluno.

Segundo Souza (2012, p. 39), no processo de ensino e aprendizagem faz-se necessário que ocorra a vivência de troca de saberes contextualizados pelas experiências do professor e alunos no cotidiano social, nos quais estão inseridos, procurando aproximar a Educação Ambiental da realidade escolar.

A referência acerca da transversalidade na Educação Ambiental, pelo pesquisado (P2), é realizada ao associá-la a um “conhecimento integrador”, o que remete ao termo Projeto Integrador, advindo das alterações na Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2016). Andrade e Piccinini (2017) afirmam que nas reformas que estão ocorrendo nesse documento oficial (BNCC), a Educação Ambiental era considerada um tema transversal e passou a constituir um “tema integrador”. Para essas autoras, as alterações “[...] parece mais se distanciar do prescrito pelos textos legislativos, no que tange ao direcionamento do pensamento crítico-reflexivo, a abordagem multidisciplinar, dentre outros aspectos a apresentar” (ANDRADE; PICCININI, 2017, p. 5). Nas concepções das autoras, essas alterações reducionistas, estão limitando o espaço necessário para efetivar o processo do ensino e da aprendizagem.

A compreensão acerca da importância do papel da Educação Ambiental no ambiente escolar, e as implicações do processo de ensino e aprendizagem, são essenciais, uma vez que a educação tanto pode libertar alguém, como aprisioná-la, e o reflexo positivo disso é uma mudança de comportamento, mas que seja de fato efetiva, com ação. (SILVA; WEIDE, s.d.). Ademais, compreende-se, essa temática não deve ficar apenas no campo teórico, mas fazer-se presente no cotidiano escolar e na prática de todos.

a) Comunidade escolar/sociedade

A participação da comunidade escolar no envolvimento das atividades da execução da prática da Educação Ambiental, foi enfatizada por 9, dos 13 pesquisados, como por exemplo, quando (G) respondeu “todos envolvidos no processo educacional” e (PF2) “de toda a comunidade escolar”, entre outros. O posicionamento dos pesquisados demonstra o conhecimento que possuem sobre a importância da temática e sobre a responsabilidade de abordá-la de

diferentes formas em distintas disciplinas, não a limitando a um professor/disciplina.

O posicionamento manifestado pelos pesquisados é relevante, considerando que compreendem que todos devem contribuir coletivamente para a efetivação do tema. Assim, ações fragmentadas e isoladas, sem uma verdadeira interligação entre as várias disciplinas e a realidade social vivenciada por todos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, dificultam esse processo. Nesse contexto, insere-se o trabalho interdisciplinar para a promoção da temática no ambiente escolar.

Desta maneira, é pertinente que os envolvidos no processo educacional procurem conhecer a realidade em que sua escola esteja inserida. O conhecimento do contexto do alunado possibilita viabilizar condições de participação não só dos pais e ou responsáveis dos alunos, mas de outros atores pertencentes à referida comunidade. A comunidade em geral poderá contribuir e interagir no ambiente escolar e vice-versa. Essa relação tende a fortalecer o processo de ensino (BEZERRA, *et al.* 2010).

2) Concepções de Educação Ambiental

Nas respostas dos pesquisados evidencia-se, enfatizada por cinco vezes, “mudança de comportamento”, mas sempre no sentido da conservação e preservação do meio ambiente. Segundo Freire (1979 *apud* GIORDAN; GALLI, 2014), para existir uma mudança de comportamento deve ocorrer a conscientização do sujeito nesse processo. Apenas com a reflexão é possível realizar uma efetiva ação.

Em outra resposta é relacionada a compreensão do sujeito e a transformação dele em um cidadão ecológico. P1 afirma “A educação para transformar sujeitos em cidadãos ecológicos”. Depreende-se que o pesquisado faz uma separação entre sujeito e cidadão ecológico. De acordo com esse posicionamento do pesquisado, nota-se que só será classificado como cidadão (detentor de direitos), quando o sujeito alterar sua atitude em relação a natureza e repensar no seu modo de agir. Assim, percebe-se que o cuidado com algo (ambiente) está vinculado a sua compreensão, ou seja, o pensamento da necessidade para a sobrevivência humana.

Outro ponto observado e relacionado à Educação Ambiental conservacionista é a frequência de respostas em relação a Educação Ambiental transformar sujeito em um cidadão atuante, aquele que interage com a natureza, tendo a responsabilidade de preservá-la e conservá-la, pois é sua casa, porém sem vincular o contexto social, cultura, entre outros.

Outra vertente que é percebida através das respostas dos pesquisados, é quando relatam a execução das atividades vinculadas ao tema, como por exemplo, PF9 “No primeiro momento conceitos, exemplos de como fazer nossa parte e mostrar que somos parte integrantes, consumidores e produtores de lixo [...]”. Nesta resposta fica evidenciada a vertente pragmática. Há uma

preocupação excessiva e focada na questão da produção de resíduos, do consumo responsável, porém não são contextualizadas as questões ambientais (LAYRARGUES; LIMA, 2014). Observa-se que um dos temas mais trabalhados no ambiente escolar é o lixo e o seu gerenciamento.

A vertente crítica aparece em um dos pesquisados - PF8 “Trabalhei os conteúdos propostos como globalização, desenvolvimento sustentável, transformações das paisagens, [...] coleta de lixo aos arredores da escola, dentre outros”. Há a tentativa de contextualizar a realidade da questão ambiental, mas são evidenciadas outras características da vertente pragmática.

a) Dificuldades na execução da prática pedagógica

Nos relatos dos pesquisados, observou-se que dois descreveram que suas dificuldades estão relacionadas à falta de material didático para elaborar com mais qualidade as aulas. Esse ponto é algo de extrema significância, haja vista que qualquer método ou recurso que o professor utilizar para tornar sua aula mais atrativa é um diferencial e, assim, despertar o interesse do aluno no que está sendo desenvolvido em sala de aula (NICOLA; PANIZ, 2016).

Mas práticas diferenciadas não são bem-vindas pela visão conservacionista, considerando que o ensino contemporâneo ainda está enraizado na vertente tradicionalista/dominadora, visão essa que nunca elegeu a educação como prioridade no Brasil, o que acarreta a falta de material nas escolas públicas de diversos municípios, principalmente, os mais afastados das grandes metrópoles.

Em decorrência desse sistema que omite as dificuldades de muitos contextos escolares, às vezes são os próprios professores que adquirem matérias, que não constam no seu ambiente escolar, com seus recursos. Ações como essas são realizadas com a finalidade de deixar as atividades mais atrativas, dinâmicas e, assim, despertar o olhar diferenciado do alunado para as temáticas abordadas, inclusive a ambiental.

Dos cinco professores que relataram sua experiência na prática educativa, apenas um informou que não se considerava preparado para desenvolver a prática pedagógica. Isso ocorre pela falta de capacitação dos servidores da educação, pois como já mencionado neste trabalho, principalmente para o tema transversal de Educação Ambiental, os educadores necessitam, ao longo de sua vida profissional, da formação continuada para desenvolverem as atividades necessárias à sua prática.

Conforme destacam Mello, Montes e Lima (2009, p. 54)

[...] a importância dos cursos de Formação/Educação Continuada na (re) preparação de docentes no que se refere à Educação Ambiental, pois esses docentes estão atuando diretamente na educação formal e é nesse espaço, essencialmente, que devem ser discutidas e aplicadas práticas

Revbea, São Paulo, V.16, Nº 5: 446-461, 2021.

inter e multidisciplinares de ensino que visem à formação de cidadãos críticos e conscientes em relação ao meio natural e social ao qual estão inseridos.

Outro fator a ser destacado condiz com a ausência familiar no ambiente escolar. O PF 4 mencionou “quando precisamos da família, quase nunca participam [...]”. Esta é uma triste realidade no ambiente escolar, a falta de participação ou interesse da família no processo escolar dos alunos. Segundo Crepaldi (2017, p. 11737), “[...] *a criança fica mais confiante, uma vez que percebe que todos se interessam por ela, e também porque passam a conhecer quais são as dificuldades e quais os conhecimentos que ela tem*”.

Entre os professores, o pesquisado PF5 relata que não trabalha com o tema em sala de aula, pois “não há uma instrução para isso”, mediante sua resposta, demonstrou desconhecimento acerca das legislações e dos Parâmetros curriculares Nacionais - Temas Transversais, os instrumentos que norteiam a abordagem da temática no contexto escolar. Mas uma evidência da necessidade de investimento em capacitação dos servidores da educação.

Quatro pesquisados afirmaram que desenvolvem trabalhos com a temática Educação Ambiental em sala de aula, mesmo não estando no seu plano de ensino, e/ou plano de aula. No entanto, não relataram sua metodologia de abordagem, deixando a resposta incompleta. Esse fato, nos remete a uma inquietação: será que esses professores realmente trabalham essa temática?

Os outros cinco pesquisados responderam que consta no seu plano de ensino e/ou plano de aula e relataram suas experiências. Em suas respostas, percebe-se a presença da macrotendência conservacionista, pois suas atividades envolvem assuntos pontuais do lixo.

Dentre as perguntas realizadas aos gestores e às pedagogas, destacamos as seguintes: a) se eram desenvolvidas atividades com o tema transversal Educação Ambiental; b) Relate como eram desenvolvidas as atividades/ações na escola antes da pandemia; c) Você se envolvia nas atividades? d) E quais atividades você já ajudou/desenvolveu?

Na situação de apoio às práticas pedagógicas, o gestor e as pedagogas informam que nas escolas que trabalham são desenvolvidas atividades de Educação Ambiental. Dentre as atividades, citaram palestras (P1) e projetos acerca do tema “lixo” abrangendo a comunidade (P2 e G). Uma pedagoga informou que a ação desenvolvida estava vinculada ao professor da disciplina de ciências (P1).

Nas análises das informações coletadas, evidencia-se uma responsabilidade atribuída às disciplinas vinculadas à área das ciências na abordagem da temática no ambiente escolar. Essa ainda é uma prática presente e preocupante no ensino, pois reforça a ideia da fragmentação e “[...] *quando aprendemos de maneira separada, aprendemos a analisar e separar, mas não aprendemos a relacionar. Uma disciplina isolada dificulta o conhecimento [...]*”

(FRAGOSO; NASCIMENTO; 2018, p. 164). As temáticas transversais devem ser trabalhadas em conjunto dada a importância para a formação humana e social dos alunos. Delegar a uma única disciplina a abordagem da referida temática, resulta na fragmentação, um dos conceitos da tendência conservacionista.

Embora dois dos pesquisados tenham respondido afirmativamente, que apoiavam nas atividades desenvolvidas no âmbito da escola, não relataram nenhuma experiência nesse sentido, deixando a resposta incompleta e com dúvida se de fato existe algum tipo de apoio nela, e até que ponto acontecia esse apoio. Observa-se nos relatos a presença da vertente conservacionista nas falas do gestor e das pedagogas. Essas vertentes exerceram uma forte influência, dificultando o aprofundamento da questão ambiental.

Conclusões

A partir desta pesquisa, nota-se que a Educação Ambiental, mesmo tendo o respaldo da legislação e da importância da temática no cenário atual, continua sendo reduzida e fragmentada dentro do contexto escolar. A abordagem no processo de ensino ocorre de forma superficial e ligada às estruturas da macrotendência conservacionista, às quais estão enraizadas no processo de ensino e na sociedade contemporânea.

Como resultados, identificaram-se vários fatores que contribuem para a manutenção da visão reducionista da temática no contexto escolar, como por exemplo, a falta da implantação desse conteúdo na matriz curricular nos cursos do ensino superior, a falta de formação continuada dos professores e a ausência de materiais para o desenvolvimento de trabalhos lúdicos em sala de aula. Vale salientar que se perpetua a fragmentação do tema no ambiente escolar, o que prejudica a percepção dos alunos acerca da referida temática. É necessário criar nos alunos a consciência de responsabilidade coletiva, tanto na construção quanto na aplicabilidade da Educação Ambiental.

Para que ocorram mudanças em relação a esse reducionismo da Educação Ambiental no contexto escolar, o investimento da educação e na formação continuada dos educadores é algo urgente. O meio ambiente conchama por consciência ambiental e caberá à escola promover e despertar essa conscientização nos alunos, pois somente assim poderemos pensar em dias melhores em nosso planeta. Precisamos de efetivas ações da sociedade em cobrar a aplicabilidade das legislações que visam promover a Educação Ambiental.

Logo, é de extrema importância conhecer as limitações que permeiam a efetividade da implementação do tema no ambiente escolar e, desta forma, ultrapassar essas dificuldades. Somente com ações efetivas a comunidade escolar irá apropriar-se de um dos temas mais importantes da atualidade, o qual necessita da participação de todos para obtenção do êxito.

Agradecimento

As autoras agradecem às instituições Universidade Federal do Amazonas e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, o apoio recebido ao artigo.

Referências

ABREU, N. Como a Educação Ambiental é aplicada no Brasil? **Autossustentável: Sustentabilidade ao alcance de todos**, 2018. Disponível: <<https://autossustentavel.com/2018/02/como-a-educacao-ambiental-aplicada-brasil.html>>. Acesso em: 16 jun. 2021.

ANDRADE, D.B. A Educação Ambiental como instrumento de serviço do meio ambiente. **Revista Eletrônica EcoDebate**. Publicado em 20/09/2016. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2016/09/20/a-educacao-ambiental-como-instrumento-de-servico-do-meio-ambiente-artigo-de-debora-barros-andrade/>>. Acesso em: 29 mar. 2021.

ANDRADE, M.C.P.; PICCININI, C.L. Educação Ambiental na Base Nacional Comum Curricular: retrocessos e contradições e o apagamento do debate socioambiental. **Anais do IX EPEA – Encontro Pesquisa em Educação Ambiental**. Juiz de Fora – MG, 13 a 16 de agosto de 2017. Disponível: <http://epea.tmp.br/epea2017_anais/pdfs/plenary/0091.pdf>. Acesso em 29 abr. 2021.

BARBOSA, M.S.S. O papel da escola: Obstáculos e Desafios para uma educação transformadora. **Dissertação** (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. FAGED - Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre, 2004, 234 fls. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/6668/000488093.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 27 maio. 2021.

BEZERRA, Z.F., *et al.* Comunidade e escola: reflexões sobre uma integração necessária. **Educar**, Curitiba, Editora UFPR, n. 37, p. 279-291, maio/ago. 2010.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 08 mar. 2021.

BRASIL. **Lei 9.795 de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm>. Acesso em: 26 mar. 2021.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília. MEC/SEF, 1998. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2021.

CARVALHO, M.R.V. **Perfil do Professor da Educação Básica**. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP/MEC, 2018. Série Documental. Relatos de Pesquisa, n. 41.

CORRÊA, M.F.B.; SANTOS, N.T.R.; GOMES, S.M. Pesquisa Qualitativa: Uma discussão teórica, metodológica e sua aplicação na educação. In: PEREIRA, R.M.C. (Org.). **Aprendendo a pesquisar: estudos, vivências e experiências**. Porto Velho: IFRO/PROPEP, 2016. p. 37-45.

CREPALDI, E.M.F. A importância da família na escola para a construção do desenvolvimento do aluno. **Anais do XIII EDUCERE - Formação de professores: contextos, sentidos e prática**. Mérida - México, 2017 Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25972_13983.pdf>. Acesso em: 10 maio. 2021.

FONSECA, L.A.M. **Metodologia científica ao alcance de todos**. 4. ed. Manaus, Editora Valer, 2010.

FRAGOSO, E.; NASCIMENTO, E.C.M. A Educação Ambiental no ensino e na prática escolar da escola estadual Cândido Mariano – Aquidauana/MS. **Revista de Educação Ambiental**. FURG. Vol. 23, n. 1, 2018.

GIORDAN, M. Z.; GALLI, V. B. Educação Ambiental um eixo norteador na mudança de comportamento. **Anais do X ANPED SUL**, Florianópolis, Outubro de 2014. Disponível em: <http://xanpedsul.faed.udesc.br/arg_pdf/191-1.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados**. 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/am/humaita.html>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

LAYRARGUES, P.P.; LIMA, G.F. As macrotendências político-pedagógicas da Educação Ambiental brasileira. **Revista Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v. XVII, n. 1, p. 23-40, jan.-mar. 2014.

LOUREIRO, C.F.B. **Trajetórias e Fundamentos da Educação Ambiental**. 2. ed. São Paulo: Cortez. 2006.

MELLO, A.S.; MONTES, S.R.; LIMA, L. Educação Ambiental em curso de formação continuada para docentes do ensino básico – Uberlândia (MG). **Extensão**, Uberlândia, v. 8, n. 1, p. 48-59, jan./jul. 2009.

MILHOMEM, K.O.; SIMÃO, M.O.A.R. A temática ambiental em escolas públicas no Amazonas: Análise a partir de projetos desenvolvidos no âmbito do Programa Ciência na Escola - PCE. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, São Paulo, v. 13, n. 3, p.162-176, 2018.

Revbea, São Paulo, V.16, Nº 5: 446-461, 2021.

NAPP, S.V. Educação Ambiental como tema transversal nas escolas. **Monografia**. 41 f. (Trabalho de Conclusão de Curso), UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa. São Gabriel, 2017. Disponível em: <<http://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/riu/3869/1/Educa%C3%A7%C3%A3o%20ambiental%20como%20tema%20transversal%20nas%20escolas%20.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2021.

NEBIAS, C. Formação dos conceitos científicos e práticas pedagógicas. **Interface – Comunic, Saúde, Educ** 4., 1999, p. 133-140.

NICOLA, J.A.; PANIZ, C.M. A importância da utilização de diferentes recursos didáticos no ensino de biologia. **Infor, Inov. Form., Rev. NEaD-Unesp**, São Paulo, v. 2, n. 1, p.355-381, 2016.

SILVA, A.J. DA; WEIDE, D.F. **A função social da escola**. Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro. Paraná. [s.d.]. Disponível em: <<http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/bitstream/123456789/945/5/Fun%C3%A7%C3%A3o%20Social%20da%20Escola.pdf>>. Acesso em: 02 maio. 2021.

SOUZA, M.A.S.C. Análise do processo ensino e aprendizagem de Educação Ambiental em Microbacia Hidrográfica. **Tese** (doutorado). Jaboticabal, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/100812/souza_masc_dr_jabo.pdf;jsessionid=>. Acesso em 27 abr. 2021.

TOZETTO, S.S. Docência e Formação Continuada. **Anais** do XIII EDUCERE - Formação de professores: contextos, sentidos e prática. Mérida - México, 2017. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/23503_13633.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2021.

TOZONI-REIS, M.F. de C. **Metodologia da Pesquisa**. 2. ed. - Curitiba: IESDE Brasil S.A. 2009. Disponível: <https://www.academia.edu/17288338/Livro_Metodologia_da_Pesquisa_Cientifica_TOZONI_REIS>. Acesso em: 16 set. 2020.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.